

## Fernando Capez

Procurador de Justiça. Deputado Estadual por três mandatos. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de São Paulo (2007-2010). Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017).

Mestre pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas.

Secretário Estadual de Defesa do Consumidor e Presidente do PROCON-SP de janeiro de 2019 a março de 2022.

# CURSO DE PROCESSO PENAL

30ª edição  
2023

**saraiva**  
EDUCAÇÃO**saraiva** JURAv. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

**Diretoria executiva** Flávia Alves Bravin  
**Diretoria editorial** Ana Paula Santos Matos  
**Gerência de produção e projetos** Fernando Pentead  
**Gerência editorial** Thais Cassoli Reato César

**Novos projetos** Aline Darcy Flôr de Souza  
 Dalila Costa de Oliveira

**Edição** Jeferson Costa da Silva (coord.)  
 Iris Ferrão

**Design e produção** Daniele Debora de Souza (coord.)  
 Laudemir Marinho dos Santos  
 Camilla Felix Cianelli Chaves  
 Claudirene de Moura Santos Silva  
 Deborah Mattos  
 Lais Soriano  
 Tiago Dela Rosa

**Planejamento e projetos** Cintia Aparecida dos Santos  
 Daniela Maria Chaves Carvalho  
 Emily Larissa Ferreira da Silva  
 Kelli Priscila Pinto

**Diagramação** Adriana Aguiar

**Revisão** Lígia Alves

**Capa** Lais Soriano

**Produção gráfica** Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Edições Loyola

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410**

C241c Capez, Fernando  
 Curso de Processo Penal / Fernando Capez. --  
 30. ed. -- São Paulo: SaraivaJur, 2023.  
 616 p.  
 ISBN: 978-65-5362-610-2 (Impresso)  
 1. Direito. 2. Direito Penal. 3. Processo Penal.  
 I. Título.  
 2022-3533 CDD 345  
 CDU 343

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Penal 345  
 2. Direito Penal 343

1231111

**Data de fechamento da edição: 9-12-2022**Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 10884 CL 608057 CAE 819257

# ÍNDICE

Sobre o Autor .....	VII
Abreviaturas .....	IX
Prefácio .....	XIII
<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
1.1. Conceito de processo penal .....	1
1.2. O processo penal e o direito de punir .....	1
1.3. Conteúdo do processo penal .....	2
Questões .....	3
<b>2. Jurisdição .....</b>	<b>3</b>
2.1. Interesse, pretensão, conflitos de interesse e litígio .....	4
2.2. Autotutela .....	4
2.3. Autocomposição .....	5
2.4. A intervenção de terceiro, a mediação e o processo .....	5
2.5. Características da jurisdição .....	6
2.5.1. Substitutividade .....	6
2.5.2. Escopo de atuação do direito .....	7
2.5.3. Inércia .....	7
2.5.4. Imutabilidade (ou definitividade) .....	8
2.5.5. Lide .....	8
2.6. Princípios próprios da jurisdição .....	8
2.6.1. Investidura .....	8
2.6.2. Indelegabilidade .....	8
2.6.3. Inevitabilidade .....	9
2.6.4. Inafastabilidade (ou princípio do controle jurisdicional) .....	9
2.6.5. Juiz natural .....	9
2.7. Finalidades da jurisdição .....	10
2.8. Espécies de jurisdição .....	10
2.9. Jurisdição necessária .....	10
Questões .....	11
<b>3. Processo .....</b>	<b>11</b>
3.1. Processo, procedimento e relação jurídica processual .....	11
3.2. Elementos identificadores da relação processual .....	12

3.2.1.	Sujeitos processuais .....	12
3.2.2.	Objeto da relação processual.....	13
3.2.3.	Pressupostos processuais.....	13
3.3.	Formas do procedimento .....	14
3.4.	Princípios informadores do processo penal .....	16
3.4.1.	Legalidade.....	16
3.4.2.	Verdade real .....	17
3.4.3.	Imparcialidade do juiz.....	18
3.4.4.	Igualdade processual .....	19
3.4.5.	Contraditório.....	19
3.4.6.	Ampla defesa .....	20
Jurisprudência.....		21
3.4.7.	Da ação ou demanda .....	21
3.4.8.	Da disponibilidade e da indisponibilidade.....	22
3.4.9.	Oficialidade.....	22
3.4.10.	Oficiosidade.....	22
3.4.11.	Autoritariedade .....	23
3.4.12.	Indisponibilidade .....	23
3.4.13.	Da verdade formal ou dispositivo .....	23
3.4.14.	Da verdade material ou da livre investigação das provas .....	23
3.4.15.	Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	24
3.4.16.	Do impulso oficial.....	24
3.4.17.	Iniciativa das partes ( <i>ne procedat iudex ex officio</i> ).....	24
3.4.18.	<i>Ne eat iudex ultra petita partium</i> .....	25
3.4.19.	Da persuasão racional do juiz .....	25
3.4.20.	Da motivação das decisões judiciais.....	25
3.4.21.	Publicidade .....	26
3.4.22.	Lealdade processual .....	27
3.4.23.	Economia processual .....	27
3.4.24.	Celeridade processual.....	27
3.4.25.	Duplo grau de jurisdição .....	28
3.4.26.	Estado de inocência .....	29
3.4.27.	<i>Favor rei</i> .....	30
3.4.28.	Juiz natural .....	30
3.4.29.	Identidade física do juiz.....	31
3.4.30.	Promotor natural.....	31
3.4.31.	Devido processo legal .....	32
3.5.	Pretensão punitiva .....	32
3.6.	Tipos de processo penal .....	33
3.6.1.	Acusatório .....	33
3.6.2.	Inquisitivo .....	33
3.6.3.	Misto .....	33
Jurisprudência.....		34
Questões.....		36

<b>4. Eficácia da lei processual penal no tempo.....</b>	<b>36</b>
Jurisprudência.....	39
Questões.....	40
<b>5. Eficácia da lei processual penal no espaço.....</b>	<b>40</b>
Questões.....	41
<b>6. Imunidades .....</b>	<b>41</b>
6.1. Imunidades diplomáticas .....	41
6.2. Imunidades parlamentares.....	42
6.3. Imunidade material.....	42
6.4. Imunidade processual.....	43
6.5. Imunidade prisional .....	44
6.6. Do foro especial por prerrogativa de função.....	45
6.7. Prerrogativa de foro de outras autoridades.....	45
6.8. Imunidade para servir como testemunha.....	46
6.9. Imunidades parlamentares e estado de sítio.....	46
6.10. Vigência e retroatividade da EC n. 35/2001.....	47
6.11. Imunidade penal temporária do presidente da República.....	47
Jurisprudência.....	47
Questões.....	48
<b>7. Interpretação da lei processual penal.....</b>	<b>48</b>
7.1. Conceito.....	48
7.2. Espécies.....	48
7.3. Interpretação da norma processual.....	49
7.4. Formas de procedimento interpretativo.....	49
Questões.....	49
<b>8. Analogia .....</b>	<b>49</b>
8.1. Conceito .....	49
8.2. Fundamento .....	49
8.3. Natureza jurídica.....	50
8.4. Distinção.....	50
8.5. Espécies.....	50
8.6. Norma processual.....	50
Jurisprudência.....	50
Questões.....	51
<b>9. Fontes do direito processual penal .....</b>	<b>51</b>
9.1. Conceito .....	51
9.2. Espécies.....	51

9.3.	Fonte de produção .....	51
9.4.	Fonte formal .....	51
9.5.	Costume .....	52
9.6.	Princípios gerais do direito .....	52
9.7.	Lei processual .....	52
●	Questões.....	52
<b>10.</b>	<b>Inquérito policial .....</b>	<b>52</b>
10.1.	Conceito.....	52
10.2.	Polícia judiciária .....	53
10.3.	Competência e atribuição .....	53
	Jurisprudência.....	55
10.4.	Finalidade .....	55
10.5.	Inquéritos extrapoliciais.....	55
	Jurisprudência.....	57
10.6.	Características.....	57
10.6.1.	Procedimento escrito.....	57
10.6.2.	Sigiloso .....	57
10.6.3.	Oficialidade.....	58
10.6.4.	Oficiosidade.....	58
10.6.5.	Autoritariedade.....	58
10.6.6.	Indisponibilidade.....	58
10.6.7.	Inquisitivo .....	58
	Jurisprudência.....	59
10.7.	Valor probatório .....	60
	Jurisprudência.....	60
10.8.	Vícios .....	61
	Jurisprudência.....	61
10.9.	Juizados especiais (Lei n. 9.099/95).....	61
	Jurisprudência.....	62
10.10.	Dispensabilidade .....	62
	Jurisprudência.....	62
10.11.	Incomunicabilidade.....	62
10.12.	<i>Notitia criminis</i> .....	63
10.13.	Início do inquérito policial .....	64
10.13.1.	Crime de ação penal pública incondicionada (CPP, art. 5º, I e II, §§ 1º, 2º e 3º) .....	64
10.13.2.	Crime de ação penal pública condicionada (CPP, art. 5º, § 4º).....	65
10.13.3.	Crime de ação penal privada (CPP, art. 5º, § 5º).....	66
10.14.	Peças inaugurais do inquérito policial.....	66
	Jurisprudência.....	67
10.15.	Providências.....	67

10.16. Indiciamento .....	70
Jurisprudência.....	72
10.17. Encerramento .....	73
10.18. Prazo .....	74
10.19. Prazos especiais.....	76
10.20. Contagem do prazo.....	77
Jurisprudência.....	77
10.21. Arquivamento .....	78
10.22. Investigações criminais presididas diretamente pelo representante do Ministério Público .....	79
Jurisprudência.....	81
10.23. Investigação do crime de tráfico de pessoas.....	82
Questões.....	84
<b>11. Ação penal .....</b>	<b>84</b>
11.1. Conceito .....	84
11.2. Características.....	84
11.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro.....	84
11.4. As condições da ação penal.....	85
11.4.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	86
11.4.2. Interesse de agir.....	86
11.4.3. Legitimação para agir .....	87
Jurisprudência.....	89
11.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios.....	90
11.5.1. Titularidade .....	90
11.5.2. Princípio da obrigatoriedade.....	90
11.5.3. Princípio da indisponibilidade.....	91
11.5.4. Princípio da oficialidade.....	92
11.5.5. Princípio da autoritariedade.....	92
11.5.6. Princípio da oficiosidade.....	92
11.5.7. Princípio da indivisibilidade .....	92
11.5.8. Princípio da intranscendência.....	93
11.5.9. Princípio da suficiência da ação penal.....	93
11.6. Ação penal pública condicionada.....	94
11.6.1. Conceito.....	94
11.6.2. Ação penal pública condicionada à representação.....	94
11.6.3. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal.....	94
11.6.4. Natureza jurídica da representação .....	95
11.6.5. Titular do direito de representação.....	95
11.6.6. Prazo.....	96
11.6.7. Forma.....	98
11.6.8. Destinatário.....	98
11.6.9. Irretratabilidade .....	99

11.6.10.	Não vinculação.....	99
11.6.11.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	100
11.6.12.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual .....	101
Jurisprudência.....		101
11.6.13.	Ação penal nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 .....	101
Jurisprudência.....		101
11.7.	Ação penal privada: conceito, fundamento e princípios.....	102
11.7.1.	Conceito.....	102
11.7.2.	Fundamento.....	102
11.7.3.	Titular .....	102
11.7.4.	Princípio da oportunidade ou conveniência .....	103
11.7.5.	Princípio da disponibilidade .....	103
11.7.6.	Princípio da indivisibilidade .....	103
11.7.7.	Princípio da intranscendência .....	104
11.8.	Ação penal privada: espécies .....	104
11.8.1.	Exclusivamente privada, ou propriamente dita.....	104
11.8.2.	Ação privada personalíssima.....	104
11.8.3.	Subsidiária da pública.....	105
11.8.4.	Ação penal secundária .....	105
11.9.	Crimes de ação penal privada no Código Penal.....	105
11.10.	Prazo da ação penal privada .....	106
11.11.	Distinção entre prazo penal e prazo processual.....	107
Jurisprudência.....		108
Questões.....		108
<b>12. Denúncia e queixa.....</b>		<b>108</b>
12.1.	Conceito .....	108
12.2.	Requisitos: art. 41 do Código de Processo Penal.....	108
Jurisprudência.....		111
12.3.	Omissões .....	112
12.4.	Prazo para a denúncia (CPP, art. 46) .....	112
12.5.	Prazo para a queixa (CPP, art. 38).....	113
12.6.	Aditamento da queixa.....	113
12.7.	Rejeição da denúncia ou queixa: art. 395 do CPP.....	114
12.7.1.	Inépcia da denúncia ou queixa .....	114
12.7.2.	Ausência de pressuposto processual .....	114
12.7.3.	Ausência de condição para o exercício da ação penal.....	114
12.7.4.	Ausência de justa causa para o exercício da ação penal .....	116
12.8.	Fundamentação no recebimento.....	116
12.9.	Recurso.....	117
12.10.	Absolvição sumária.....	117



12.11. Rejeição posterior da denúncia recebida .....	117
Jurisprudência.....	117
Questões .....	118
<b>13. Ação civil <i>ex delicto</i> .....</b>	<b>118</b>
Questões .....	122
<b>14. Sujeitos processuais.....</b>	<b>122</b>
14.1. Juiz penal.....	123
14.2. Prerrogativas e vedações .....	124
14.3. Ministério Público .....	125
14.4. Prerrogativas e vedações.....	126
14.5. Princípios – art. 127, § 1º, da Constituição Federal .....	127
14.5.1. Unidade e indivisibilidade .....	127
14.5.2. Independência.....	127
14.5.3. Autonomia funcional e administrativa (art. 127, § 2º, da CF/88).....	127
14.6. Querelante .....	128
14.7. Acusado.....	128
14.8. Identificação.....	129
14.9. Presença, direito ao silêncio e revelia.....	129
14.10. Outras garantias fundamentais .....	131
14.11. Defensor .....	132
14.12. Defensor constituído.....	134
14.13. Defensor dativo .....	134
14.14. Curador .....	135
14.15. Assistente .....	135
14.16. Ministério Público e ação penal privada .....	136
14.17. Funções do assistente: natureza jurídica .....	138
14.18. Admissão .....	140
14.19. Atividades do assistente .....	141
14.20. Prazo para interpor recurso .....	144
Jurisprudência.....	145
Questões .....	146
<b>15. Competência .....</b>	<b>146</b>
15.1. Conceito de jurisdição .....	146
15.2. Origem etimológica da palavra “jurisdição” .....	147
15.3. Princípios da jurisdição .....	147
15.4. Características da jurisdição.....	147
15.5. Competência .....	147
15.6. Conceito de competência .....	148
15.7. Espécies de competência .....	148

15.8.	Como saber qual o juízo competente? .....	148
Jurisprudência.....		160
15.9.	Outros critérios para saber qual o juiz competente.....	160
15.10.	Diferença entre competência material e competência funcional.....	161
15.11.	Competência absoluta e relativa.....	162
15.12.	Prorrogação de competência necessária e voluntária .....	162
15.13.	Delegação de competência.....	162
15.14.	Competência <i>ratione materiae</i> na Constituição Federal.....	163
15.15.	Competência pelo lugar da infração: teoria adotada e regras especiais....	163
15.16.	Competência pelo domicílio ou residência do réu.....	165
15.17.	Competência pela natureza da infração.....	165
15.17.1.	Federalização das causas relativas a direitos humanos. Do incidente de deslocamento de competência (EC n. 45/2004)..	168
15.17.2.	Do Tribunal Penal Internacional. Competência para julgar genocídio, crimes de guerra, contra a humanidade e de agressão (EC n. 45/2004).....	169
15.18.	Competência por distribuição.....	169
15.19.	Competência por conexão .....	170
15.19.1.	Espécies de conexão .....	170
15.20.	Competência por continência .....	171
15.21.	Foro prevalente .....	171
15.22.	Separação de processos .....	173
15.23.	Competência por prevenção.....	173
15.24.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> .....	174
Jurisprudência.....		175
Questões.....		176
<b>16. Prisão .....</b>		<b>176</b>
16.1.	Introdução.....	176
16.1.1.	Finalidade das regras da prisão provisória .....	176
16.1.2.	Prisão provisória: imprescindibilidade .....	176
16.1.3.	Hipóteses de prisão provisória: ser preso e permanecer preso .....	177
16.1.4.	Caráter excepcional da prisão preventiva: restrição de hipóteses para seu cabimento e natureza subsidiária como providência cautelar.....	177
16.1.5.	Revisão obrigatória de todos os casos de prisão provisória.....	178
16.1.6.	Modificações operadas no instituto da fiança .....	178
16.1.7.	Aplicação da lei processual penal no tempo .....	178
16.2.	Conceito.....	179
16.3.	Espécies de prisão.....	179
16.4.	Mandado de prisão.....	180

16.5.	Prisão em domicílio .....	181
16.6.	Prisão em perseguição.....	182
16.7.	Prisão fora do território do juiz .....	182
16.8.	Custódia .....	182
16.9.	Uso de algemas.....	182
16.10.	Prisão especial.....	186
16.11.	Prisão provisória domiciliar .....	187
16.12.	Prisão em flagrante.....	187
16.12.1.	Espécies de flagrante .....	187
16.12.2.	Flagrante nas várias espécies de crimes .....	190
16.12.3.	Sujeitos do flagrante .....	190
16.12.4.	Auto de prisão em flagrante .....	192
16.12.5.	Relaxamento da prisão em flagrante pela própria autoridade policia.....	196
16.12.6.	Prisão em flagrante por apresentação espontânea.....	197
16.12.7.	Audiência de custódia.....	197
16.13.	Prisão preventiva .....	198
16.13.1.	Conceito.....	198
16.13.2.	Natureza.....	198
16.13.3.	Presunção da inocência e prisão cautelar .....	198
16.13.4.	Pressupostos para a prisão preventiva: <i>fumus comissi delicti</i> ....	199
16.13.5.	Requisitos para a prisão preventiva: <i>periculum libertatis</i> .....	200
16.13.6.	Hipóteses de cabimento da prisão preventiva .....	201
16.13.7.	Momento para a decretação da prisão preventiva.....	202
16.13.8.	Recurso contra a decisão que decretar a prisão preventi- va .....	202
16.13.9.	Modalidades de prisão preventiva: autônoma; transformada ou convertida; e substitutiva ou subsidiária.....	202
16.13.10.	Prisão preventiva domiciliar .....	205
16.13.11.	Prisão preventiva, medidas cautelares e detração penal .....	206
16.13.12.	Prazo para conclusão do inquérito policial no caso de indi- ciado preso.....	207
16.13.12.1.	Termo inicial do prazo na hipótese de conversão do flagrante em preventiva .....	207
16.13.13.	Conversão do flagrante em prisão preventiva, sem ofereci- mento da denúncia: possibilidade.....	208
16.13.14.	Fundamentação.....	208
16.13.15.	Revogação.....	209
16.13.16.	Momentos processuais em que a prisão preventiva deverá ser necessariamente revista .....	209
16.14.	Prisão temporária .....	209

16.15.	Medidas cautelares .....	212
16.15.1.	Pressupostos constitucionais: necessidade e adequação.....	212
16.15.2.	Caráter subsidiário da preventiva: preponderância das medidas cautelares alternativas.....	213
16.15.3.	Rol de medidas cautelares .....	214
16.15.4.	Necessidade e adequação para as medidas cautelares alternativas .....	215
16.15.5.	Ressalvas legais.....	215
16.15.6.	Decretação das medidas cautelares .....	215
16.15.7.	Contraditório .....	216
16.15.8.	Descumprimento das obrigações impostas: prisão preventiva é a <i>ultima ratio</i> .....	216
16.16.	Liberdade provisória .....	216
16.16.1.	Conceito.....	216
16.16.2.	Espécies.....	217
16.16.3.	Liberdade provisória sem a necessidade de recolhimento de fiança.....	218
16.16.4.	Competência para a concessão.....	218
16.16.5.	Recurso .....	218
16.16.6.	Liberdade provisória com fiança .....	218
16.16.6.1.	A liberdade provisória como regra.....	218
16.16.6.2.	Conceito de fiança criminal.....	218
16.16.6.3.	Natureza cautelar .....	219
16.16.6.4.	Momento para concessão da fiança .....	219
16.16.6.5.	Modalidades de fiança .....	219
16.16.6.6.	Arbitramento da fiança: critérios para a concessão ...	220
16.16.6.7.	Dispensa do pagamento em razão da situação econômica.....	220
16.16.6.8.	Reforço da fiança.....	220
16.16.6.9.	Obrigações processuais decorrentes da fiança.....	220
16.16.6.10.	Momento e competência para a sua concessão .....	220
16.16.6.11.	Prática de mais de um crime passível de fiança .....	221
16.16.6.12.	Delito afiançável e existência de motivo para decretação da prisão preventiva.....	221
16.16.6.13.	Quebramento da fiança.....	221
16.16.6.13.1.	Efeitos do quebramento da fiança .....	221
16.16.6.14.	Perdimento da fiança.....	221
16.16.6.15.	Cassação da fiança.....	222
16.16.6.16.	Infrações inafiançáveis .....	222
	Jurisprudência.....	222
	Questões .....	224
<b>17.</b>	<b>Prova.....</b>	<b>225</b>
17.1.	Conceito e objetivo .....	225

17.2.	Objeto .....	225
17.2.1.	Fatos que independem de prova.....	225
17.2.2.	Fatos que dependem de prova .....	226
17.2.3.	Prova do direito .....	226
17.3.	Prova proibida .....	227
17.3.1.	Conceito.....	227
17.3.2.	Provas ilícitas por derivação e a teoria dos “frutos da árvore envenenada” ( <i>fruits of the poisonous tree</i> ). Princípio da proporcionalidade.....	228
17.3.3.	Provas ilícitas nos termos do art. 157 do CPP .....	231
17.3.4.	Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicação por carta e telegráfica .....	235
17.3.5.	Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas .....	235
17.3.6.	Inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas. Interceptação. Requisitos legais constantes da Lei n. 9.296/96.....	241
17.3.7.	Provas ilícitas e a quebra do sigilo bancário e fiscal .....	247
	Jurisprudência.....	249
17.4.	Classificação das provas.....	249
17.5.	Meios de prova.....	250
17.6.	Ônus da prova .....	251
17.6.1.	Procedimento probatório .....	252
17.6.2.	Prova emprestada .....	252
17.6.3.	O álibi .....	253
17.7.	Sistemas de apreciação.....	253
17.8.	Princípios gerais das provas.....	254
17.9.	A providência cautelar da busca e apreensão.....	254
17.9.1.	Natureza jurídica .....	255
17.9.2.	Objeto .....	255
17.9.3.	Busca em repartição pública .....	255
17.9.4.	Busca domiciliar .....	256
17.9.4.1.	Restrição .....	256
17.9.4.2.	Horário .....	257
17.9.4.3.	Requisitos .....	257
17.9.5.	Busca pessoal .....	257
17.9.5.1.	Requisitos .....	257
17.9.5.2.	Restrições .....	257
17.9.6.	Da apreensão .....	257
17.10.	Das perícias .....	257
17.10.1.	Conceito .....	257
17.10.1.1.	Natureza jurídica .....	258
17.10.1.2.	Requisitos .....	258
17.10.1.3.	Determinação das perícias .....	259

17.10.1.4.	Espécies de perícias .....	259
17.10.1.5.	Do procedimento da perícia.....	259
17.10.1.6.	Laudo pericial.....	260
17.10.2.	Do exame de corpo de delito .....	261
17.10.2.1.	Conceito.....	261
17.10.2.2.	Distinção entre corpo de delito e exame de corpo de delito.....	261
17.10.2.3.	Distinção entre exame de corpo de delito direto e indireto .....	261
17.10.2.4.	Indispensabilidade do exame de corpo de delito.....	261
Jurisprudência.....		264
17.10.2.5.	Impossibilidade do exame de corpo de delito direto em infração que deixa vestígio .....	264
17.10.2.6.	Espécies .....	264
17.10.3.	Perito.....	265
17.10.3.1.	Conceito.....	265
17.10.3.2.	Espécies .....	265
17.10.3.3.	Impedimentos.....	265
17.10.4.	Perícia psiquiátrica .....	266
17.10.5.	Questões polêmicas.....	266
17.11.	Interrogatório.....	266
17.11.1.	Conceito.....	266
17.11.2.	Natureza .....	267
17.11.3.	Disposições legais que reforçam o interrogatório como meio de defesa .....	269
17.11.4.	Características .....	269
17.11.5.	Ausência de interrogatório no curso da ação .....	271
17.11.6.	Princípio da identidade física do juiz .....	271
17.11.7.	Interrogatório por videoconferência.....	272
17.11.8.	Silêncio e mentira do réu .....	275
17.11.9.	Espécies de interrogatório .....	275
17.11.10.	Revel .....	276
17.11.11.	O conteúdo do interrogatório .....	276
17.12.	Confissão. Conceito. Fatores determinantes .....	277
17.12.1.	Espécies de confissão .....	277
17.12.2.	Valor probante da confissão .....	277
17.12.3.	Características da confissão (CPP, art. 200).....	278
17.12.4.	Confissão ficta .....	278
17.12.5.	Delação.....	278
Jurisprudência.....		278
17.13.	Prova testemunhal ou testemunha.....	279
17.13.1.	Conceito .....	279
17.13.2.	Características da prova testemunhal.....	279
17.13.3.	Características das testemunhas.....	280

17.13.4.	Dispensas e proibições .....	281
17.13.5.	Testemunha suspeita. Conceito e distinções .....	282
17.13.6.	Causas de suspeição .....	282
17.13.7.	Contradita .....	282
17.13.8.	Número de testemunhas .....	282
17.13.9.	Classificação das testemunhas .....	283
17.13.10.	Deveres da testemunha .....	283
17.13.11.	Procedimento .....	284
17.13.12.	Termo .....	285
17.13.13.	Sistema de exame judicial .....	285
17.13.14.	Depoimento infantil .....	285
17.13.15.	Testemunho de policiais .....	285
17.13.16.	Incomunicabilidade .....	286
17.13.17.	Falso testemunho (art. 342 do CP) .....	286
17.13.18.	Lugar do depoimento .....	287
17.13.19.	Precatórias .....	287
17.13.20.	Militares e funcionários .....	288
17.13.21.	Ofendido .....	288
17.13.22.	Questões polêmicas .....	290
17.14.	Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228) .....	291
17.14.1.	Definição e elementos .....	291
17.14.2.	Natureza jurídica .....	291
17.14.3.	Reconhecimento de pessoas .....	291
Jurisprudência .....		293
17.14.4.	Reconhecimento de coisas .....	293
17.15.	Acareação. Pressupostos .....	293
17.16.	Documentos .....	294
17.16.1.	Conceito legal .....	294
17.16.2.	Função do documento .....	294
17.16.3.	Produção .....	294
17.16.4.	Limitação da produção de prova documental .....	295
17.16.5.	Autor do documento .....	295
17.16.6.	Meio de formação do documento .....	295
17.16.7.	Conteúdo do documento .....	296
17.16.8.	Autenticidade .....	296
17.16.9.	Classificação geral dos documentos .....	296
17.16.10.	Documento e instrumento .....	297
17.16.11.	Instrumento público. Classificação. Eficácia .....	298
17.16.12.	Instrumento particular .....	299
17.16.13.	Força probante dos documentos particulares assinados .....	299
17.16.13.1.	Da autenticidade dos documentos particulares e seus efeitos .....	299
17.16.13.2.	Prova da data dos documentos particulares .....	300
17.16.14.	Força probante do telegrama, radiograma e outros meios	

de transmissão .....	300
17.16.15. Força probante das reproduções mecânicas.....	300
17.16.16. Força probante dos documentos não assinados.....	300
17.16.17. Originais e cópias.....	301
17.16.18. Admissão de documento.....	301
17.16.19. Desentranhamento de documentos .....	302
17.16.20. Vícios dos documentos.....	302
17.16.21. Falsidade e incidente .....	303
17.17. Índícios e presunções.....	303
17.17.1. Definições .....	303
17.17.2. Natureza jurídica .....	303
17.17.3. Valor probante .....	303
17.18. Prova de fora da terra .....	304
17.19. Prova antecipada.....	304
17.20. Prova emprestada.....	304
17.21. Delação. Definição, natureza e valor .....	304
Jurisprudência.....	306
Questões.....	306
<b>18. Das questões e processos incidentes.....</b>	<b>306</b>
18.1. Compreensão do tema .....	306
18.1.1. Definição de prejudicialidade .....	307
18.1.2. Elementos essenciais da prejudicialidade .....	307
18.1.3. Classificação .....	307
18.1.4. Sistemas de solução .....	309
18.1.5. Prejudicial e prescrição .....	309
18.1.6. Efeito .....	310
18.1.7. Recurso contra despacho que suspende a ação .....	310
18.1.8. Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar ...	310
18.2. As exceções.....	310
18.2.1. Conceito .....	310
18.2.2. Compreensão do tema.....	311
18.2.3. Espécies .....	311
18.2.4. Classificação tradicional .....	311
18.2.5. Suspeição .....	312
18.2.5.1. Processamento.....	313
18.2.5.2. Requisitos da exceção.....	313
18.2.5.3. Procedimento perante o juiz suspeito.....	314
18.2.5.4. Procedimento perante o tribunal.....	314
18.2.5.5. Contra quem pode ser alegada a suspeição? .....	314
18.2.5.6. Cabe exceção de suspeição contra autoridades poli- ciais? .....	315
18.2.5.7. Efeitos da suspeição.....	315
18.2.5.8. Existe recurso contra reconhecimento espontâneo	



	de suspeição? .....	315
Jurisprudência.....		315
18.2.6.	Incompetência de juízo. Procedimento .....	316
18.2.7.	Litispêndência.....	317
18.2.7.1.	Elementos que identificam a demanda, impedindo a litispêndência .....	317
18.2.7.2.	Recursos .....	317
18.2.8.	Ilegitimidade de parte.....	318
18.2.8.1.	Ilegitimidade <i>ad processum</i> ou <i>ad causam</i> .....	318
18.2.8.2.	Efeitos do reconhecimento .....	318
18.2.8.3.	Recursos .....	318
18.2.8.4.	Procedimento.....	319
18.2.9.	Coisa julgada.....	319
18.2.9.1.	Distinção entre coisa julgada formal e coisa julgada material .....	319
18.2.9.2.	História.....	319
18.2.9.3.	Teorias.....	320
18.2.9.4.	Função.....	321
18.2.9.5.	Natureza jurídica .....	321
18.2.9.6.	Cabimento da exceção de coisa julgada .....	321
18.2.9.7.	Rito .....	322
18.2.9.8.	Fases .....	322
18.2.9.9.	A coisa julgada no crime continuado e no concurso de agentes.....	323
18.2.10.	Impedimentos do Ministério Público e órgãos auxiliares.....	323
18.2.11.	Conflito de jurisdição.....	323
18.2.11.1.	Conceito e espécies.....	323
18.2.11.2.	Conflito de atribuições .....	324
18.2.11.3.	Processamento .....	324
18.2.11.4.	Competência para julgar .....	325
18.2.12.	Restituição de coisas apreendidas.....	325
18.2.12.1.	Restituição: objetos restituíveis, oportunidade, procedimento .....	326
18.2.12.2.	Coisas restituíveis e não restituíveis. Instrumentos do crime.....	326
18.2.12.3.	Apreensão na hipótese do art. 19 da LCP.....	327
18.2.12.4.	Produtos diretos e indiretos do crime.....	327
18.2.12.5.	Restituição feita pela autoridade policial.....	328
18.2.12.6.	Restituição feita pelo juiz criminal.....	329
18.2.12.7.	Direito de terceiro de boa-fé.....	329
18.2.12.8.	Restituição de coisas facilmente deterioráveis.....	329
18.2.12.9.	Coisas adquiridas com os proventos do crime .....	330
18.2.12.10.	Destino dos objetos apreendidos .....	331
18.2.12.11.	Coisas apreendidas em face de descaminho ou con-	

trabando .....	333
18.2.12.12. E quando o instrumento do crime for arma de fogo? ..	333
18.2.12.13. Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006) .....	335
18.2.13. Medidas assecuratórias .....	337
18.2.13.1. Considerações iniciais .....	337
18.2.13.1.1. O papel da vítima .....	337
18.2.13.1.2. O processo reparatório .....	337
18.2.13.2. Medidas assecuratórias .....	338
18.2.13.2.1. O sequestro previsto nos arts. 125 e 132 do CPP .....	339
18.2.13.2.2. Requisitos para o sequestro .....	340
18.2.13.2.3. Competência .....	340
18.2.13.2.4. Recurso .....	340
18.2.13.2.5. Procedimento .....	340
18.2.13.2.6. Embargos ao sequestro .....	340
18.2.13.2.7. Competência para julgar os embargos .....	341
18.2.13.2.8. Levantamento do sequestro .....	341
18.2.13.2.9. Leilão e depósito .....	341
18.2.13.3. Hipoteca legal .....	342
18.2.13.3.1. Classificação .....	342
18.2.13.3.2. Oportunidade .....	342
18.2.13.3.3. Pressupostos .....	343
18.2.13.3.4. Finalidades .....	343
18.2.13.3.5. Liquidação .....	343
18.2.13.4. O arresto previsto no art. 137 do CPP .....	344
18.2.13.4.1. Oportunidade .....	344
18.2.13.4.2. Pressupostos .....	344
18.2.13.5. Relação das medidas confiscatórias no processo penal e dispositivos correlatos do direito penal .....	344
18.2.14. Incidente de falsidade .....	345
18.2.14.1. Processamento .....	345
18.2.14.2. Efeitos .....	346
18.2.15. Incidente de insanidade mental do acusado. Procedimen- to .....	346
Questões .....	347
<b>19. Sentença .....</b>	<b>347</b>
19.1. Breve histórico .....	347
19.2. Natureza jurídica .....	348
19.3. Classificação das decisões .....	348
19.4. Conceito de sentença em sentido estrito .....	349
19.4.1. Classificação das sentenças em sentido estrito .....	349
19.4.2. Requisitos formais da sentença .....	349
19.4.3. Sentença suicida .....	350

19.4.4.	Embargos declaratórios .....	350
19.4.4.1.	Requisitos para a oposição dos embargos .....	351
19.4.5.	Efeitos da sentença.....	351
19.4.6.	Princípio da correlação .....	352
19.4.7.	<i>Emendatio libelli</i> .....	352
19.4.8.	<i>Mutatio libelli</i> .....	353
19.5.	Sentença absolutória.....	355
19.5.1.	Efeitos da sentença absolutória .....	356
19.6.	Sentença condenatória .....	356
19.6.1.	Efeitos da sentença condenatória .....	356
19.6.2.	Publicação.....	357
19.6.3.	Inalterabilidade ou retificação da sentença.....	357
19.6.4.	Intimação da sentença (arts. 390 a 392 do CPP) .....	357
19.6.5.	Taxa judiciária .....	358
19.6.6.	Detração penal na sentença penal condenatória.....	358
19.7.	Crise da instância.....	358
	Questões.....	359
<b>20.</b>	<b>Dos processos em espécie.....</b>	<b>359</b>
20.1.	Processo e procedimento.....	359
20.1.1.	Definição de processo.....	359
20.1.2.	Sistemas processuais.....	359
20.1.3.	Características do sistema acusatório .....	359
20.1.4.	Pressupostos de existência da relação processual .....	359
20.1.5.	Pressupostos de validade da relação processual.....	360
20.1.6.	Distinção entre processo e procedimento.....	360
20.1.7.	Das disposições legais sobre os procedimentos penais.....	360
20.1.7.1.	Noções introdutórias.....	360
20.1.7.2.	Procedimento comum. Âmbito de incidência .....	361
20.2.	Procedimento ordinário.....	363
20.2.1.	Início da instrução .....	363
20.2.1.1.	Resposta à acusação e absolvição sumária .....	363
20.2.2.	Audiência de instrução e julgamento.....	366
20.3.	Procedimento sumário.....	370
20.3.1.	Introdução.....	370
20.3.1.1.	Procedimento judicialiforme foi revogado.....	371
20.3.1.2.	Procedimentos <i>ex officio</i> instaurados antes da Constituição Federal de 1988 .....	371
20.3.1.3.	Rito procedimental .....	371
20.4.	Da citação.....	374
20.4.1.	Conceito .....	374
20.4.2.	Quem determina a citação .....	374
20.4.3.	Falta de citação .....	374
20.4.4.	Hipóteses de conhecimento da imputação antes mesmo da	

	citação.....	375
20.4.5.	Efeitos da citação válida .....	375
20.4.6.	Consequências do não atendimento à citação .....	375
20.4.7.	Classificação .....	376
20.4.8.	Da citação por mandado.....	376
20.4.8.1.	Requisitos intrínsecos da citação por mandado.....	377
20.4.8.2.	Requisitos extrínsecos da citação por mandado.....	377
20.4.8.3.	Dia e hora da citação .....	377
20.4.9.	Citação por carta precatória.....	378
20.4.9.1.	Requisitos intrínsecos da citação por carta precatória .....	378
20.4.9.2.	Caráter itinerante da carta precatória.....	378
20.4.9.3.	Interrogatório por carta precatória .....	378
20.4.10.	Citação do militar .....	378
20.4.11.	Citação do preso.....	379
20.4.12.	Citação do funcionário público .....	379
20.4.13.	Réu no estrangeiro .....	379
20.4.14.	Citação por carta de ordem .....	380
20.4.15.	Citação por edital .....	380
20.4.15.1.	Pressuposto da citação por edital .....	380
20.4.15.2.	Hipóteses legais de citação por edital .....	380
20.4.15.3.	Prazo do edital.....	381
20.4.15.4.	Requisitos da citação por edital .....	382
20.4.15.5.	Formalidades extrínsecas à citação por edital .....	382
20.4.16.	“Citação circunduta” .....	383
20.4.17.	Suspensão do processo e do prazo prescricional.....	383
20.4.17.1.	Principais questões decorrentes da atual lei .....	383
20.5.	Intimação.....	385
20.5.1.	Definição.....	385
20.5.2.	Distinção entre intimação e notificação .....	385
20.5.3.	Regra geral .....	386
20.5.4.	Publicação.....	386
20.5.5.	Regras especiais .....	386
20.6.	Procedimento sumaríssimo (Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001).....	388
20.6.1.	Introdução.....	388
20.6.2.	Âmbito de incidência: conceito de menor potencial ofensivo .....	390
20.6.3.	Regras especiais.....	390
20.6.4.	Procedimento sumaríssimo .....	394
20.6.4.1.	Fase preliminar e transação penal.....	394
20.6.4.2.	Fase processual .....	400
20.6.4.3.	Suspensão condicional do processo .....	404
20.6.5.	Questões finais.....	407
20.6.5.1.	Suspensão condicional do processo .....	407

20.6.5.2.	Representação do ofendido.....	408
20.6.5.3.	Desclassificação para infração de menor potencial ofensivo.....	408
20.6.5.4.	Descumprimento da pena restritiva de direitos na transação penal.....	408
20.6.5.5.	Não pagamento da pena de multa na transação penal.....	409
20.6.5.6.	Da violência doméstica e familiar contra a mulher e da Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	409
Jurisprudência.....		412
20.7.	Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal.....	412
20.7.1.	Procedimento dos crimes falimentares.....	412
20.7.1.1.	Inquérito judicial.....	412
20.7.1.2.	Recebimento da denúncia. Motivação.....	412
20.7.1.3.	Competência.....	413
20.7.1.4.	Rito.....	413
20.7.1.5.	Natureza jurídica da sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou extrajudicial.....	413
20.7.1.6.	Cientificação do MP e prazo para a propositura da ação penal.....	413
20.7.1.7.	Relatório.....	414
20.7.1.8.	Ação penal.....	414
20.7.1.9.	Efeitos da condenação.....	414
20.7.1.10.	Prescrição.....	414
20.7.2.	Procedimento dos crimes contra a honra.....	415
20.7.2.1.	Introdução.....	415
20.7.2.2.	Procedimento.....	416
20.7.2.3.	Do pedido de explicações. Procedimento.....	419
20.7.3.	Procedimento dos crimes funcionais.....	419
20.7.3.1.	Introdução.....	419
20.7.3.2.	Procedimento.....	419
20.7.4.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial....	420
20.7.4.1.	Introdução.....	420
20.8.	Procedimento de competência do Júri popular.....	422
20.8.1.	Breve histórico.....	422
20.8.2.	Organização do Júri.....	423
20.8.3.	Soberania dos veredictos.....	424
20.8.4.	Rito escalonado.....	425
20.8.4.1.	<i>Judicium accusationis</i> .....	425
20.8.4.2.	<i>Judicium causae</i> .....	431
20.8.4.2.1.	Recebimento da sentença de pronúncia transitada em julgado.....	431
20.8.4.2.2.	Desaforamento.....	431
20.8.4.2.3.	Instalação da sessão.....	432

20.8.4.2.4. Formação do conselho de sentença.....	433
20.8.4.2.5. Atos instrutórios.....	434
20.8.4.2.6. Debates.....	435
20.8.4.2.7. Provas novas.....	436
20.8.4.2.8. Formulação dos quesitos.....	437
Jurisprudência.....	438
20.8.4.2.9. Votação.....	439
20.8.4.2.10. Sentença.....	439
20.8.4.2.II. Ata do julgamento.....	441
20.8.4.2.12. Atribuições do juiz-presidente.....	441
20.8.5. Questões finais específicas sobre Júri.....	441
20.8.5.1. Exame de insanidade mental.....	441
20.8.5.2. Conferência da urna.....	442
20.8.5.3. Número mínimo de jurados.....	442
20.8.5.4. Momento de arguir as nulidades.....	442
20.8.5.5. Autor principal e partícipe.....	442
20.8.5.6. Incomunicabilidade entre jurados.....	442
20.8.5.7. Juiz togado que abandona plenário.....	442
20.8.5.8. Recusa ou aceitação de jurados.....	443
20.8.5.9. Compromisso dos jurados.....	443
20.8.5.10. Interrogatório. Nulidades.....	443
20.8.5.11. Cópias aos jurados.....	443
20.8.5.12. Testemunhas.....	443
20.8.5.13. Testemunhas. Pergunta direta.....	443
20.8.5.14. Acareação.....	444
20.8.5.15. Dispensa de testemunhas.....	444
20.8.5.16. Testemunhas residentes fora da comarca.....	444
20.8.5.17. Testemunha que não comparece.....	444
20.8.5.18. Depoimento pessoal.....	445
20.8.5.19. Debates.....	445
20.8.5.20. Réplica e tréplica.....	445
20.8.5.21. Apartes.....	445
20.8.5.22. Intervenção dos jurados.....	445
20.8.5.23. Reinquirição de testemunha.....	445
20.8.5.24. Dissolução do conselho.....	446
20.8.5.25. Esclarecimento do juiz aos jurados na hora de votar....	446
20.8.5.26. Leitura dos quesitos.....	446
20.8.5.27. Sala secreta.....	446
20.8.5.28. Contradição nas respostas.....	447
20.8.5.29. Desclassificação pelo Júri.....	447
20.8.5.30. Desclassificação e crimes conexos.....	448
20.8.5.31. Algemas no réu durante o julgamento.....	448

20.9.	Procedimento criminal dos crimes de drogas .....	448
20.9.1.	Lei n. 11.343/2006.....	448
20.9.2.	Procedimento esquemático .....	449
20.9.2.1.	Na polícia.....	449
20.9.2.2.	Em juízo.....	449
20.10.	Da informatização do processo judicial (Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006) .....	452
	Jurisprudência.....	453
	Questões .....	455
<b>21.</b>	<b>Nulidades.....</b>	<b>455</b>
21.1.	Quadro comparativo dos vícios processuais .....	457
21.2.	Princípios básicos das nulidades .....	461
21.2.1.	Princípio do prejuízo .....	461
21.2.2.	Princípio da instrumentalidade das formas ou da economia processual.....	461
21.2.3.	Princípio da causalidade ou da sequencialidade .....	461
21.2.4.	Princípio do interesse.....	462
21.2.5.	Princípio da convalidação .....	462
	Jurisprudência.....	463
21.2.6.	Princípio da não preclusão e do pronunciamento <i>ex officio</i> ...	463
21.3.	Nulidades em espécie .....	464
21.4.	Momento oportuno para a arguição das nulidades relativas .....	485
	Questões .....	486
<b>22.</b>	<b>Recursos.....</b>	<b>486</b>
22.1.	Conceito. Origem.....	486
22.2.	Fundamentos .....	487
22.3.	Pressupostos processuais .....	488
22.3.1.	Pressupostos objetivos .....	488
22.3.2.	Pressupostos subjetivos .....	493
22.4.	Interposição .....	495
22.5.	Efeitos.....	498
22.6.	Extinção .....	499
22.7.	Apelação.....	499
22.7.1.	Origem etimológica .....	499
22.7.2.	Conceito .....	500
22.7.3.	Características.....	500
22.7.4.	Apelação plena e limitada .....	501
22.7.5.	Legitimidade e interesse.....	502
22.7.6.	Apelação subsidiária do apelo oficial .....	503
22.7.7.	Prazo da apelação do assistente da acusação .....	504
22.7.8.	Renúncia e desistência.....	504
22.7.9.	Cabimento da apelação nas sentenças do juiz singular.....	505

22.7.10.	Apelação das decisões do Júri .....	506
22.7.11.	Prazo .....	508
22.7.12.	Processamento .....	509
22.7.13.	Liberdade provisória .....	510
22.7.14.	Apelação sumária .....	510
22.7.15.	Apelação ordinária .....	510
22.7.16.	Deserção.....	510
22.7.17.	Efeitos .....	510
22.7.18.	<i>Reformatio in pejus</i> .....	511
22.7.19.	<i>Reformatio in pejus</i> indireta .....	511
22.7.20.	<i>Reformatio in melius</i> .....	512
22.8.	Recurso em sentido estrito.....	512
22.8.1.	Conceito .....	512
22.8.2.	Cabimento .....	512
22.8.3.	Competência para o julgamento .....	521
22.8.4.	Prazos .....	521
22.8.5.	Processamento .....	521
22.8.6.	Efeitos .....	522
Jurisprudência.....		523
22.9.	Protesto por novo Júri.....	523
22.9.1.	Conceito .....	523
22.10.	Carta testemunhável.....	524
22.10.1.	Conceito .....	524
22.10.2.	Origem histórica .....	524
22.10.3.	Natureza jurídica .....	524
22.10.4.	Procedimento.....	525
Jurisprudência.....		525
22.11.	Correição parcial .....	526
22.11.1.	Conceito .....	526
22.11.2.	Natureza jurídica .....	526
22.11.3.	Previsão legal.....	526
22.11.4.	Legitimidade ativa .....	526
22.11.5.	Objeto do recurso .....	526
22.11.6.	Processamento .....	527
22.12.	Embargos infringentes.....	528
22.12.1.	Conceito .....	528
22.12.2.	Prazo .....	528
22.12.3.	Cabimento .....	528
22.12.4.	Procedimento.....	528
22.13.	Embargos declaratórios.....	529
22.13.1.	Conceito .....	529
22.13.2.	Natureza jurídica.....	530
22.13.3.	Prazo .....	530
22.13.4.	Pressupostos.....	530



22.13.5. Legitimidade .....	531
22.13.6. “Embarginhos” .....	531
22.13.7. Efeito suspensivo .....	531
Jurisprudência.....	532
22.14. Revisão criminal.....	532
22.14.1. Conceito .....	532
22.14.2. Origem histórica .....	532
22.14.3. Natureza jurídica.....	533
22.14.4. Legitimidade .....	533
22.14.5. Prazo.....	534
22.14.6. Cabimento.....	534
22.14.7. Admissibilidade.....	535
22.14.8. Competência .....	535
22.14.9. Processamento .....	536
22.15. Habeas corpus.....	537
22.15.1. Origem histórica do <i>habeas corpus</i> no mundo.....	537
22.15.2. Origem do <i>habeas corpus</i> no Brasil.....	538
22.15.3. Conceito .....	539
22.15.4. Natureza jurídica .....	539
22.15.5. Espécies.....	540
22.15.6. Legitimidade ativa .....	540
22.15.7. Legitimidade passiva .....	540
22.15.8. Admissibilidade.....	540
22.15.9. Competência.....	543
22.15.10. Impetração.....	544
22.15.11. Processamento .....	544
22.15.12. Julgamento e efeitos .....	545
22.15.13. Recursos .....	545
22.16. Mandado de segurança em matéria criminal.....	545
22.16.1. Conceito .....	545
22.16.2. Admissibilidade .....	546
22.16.3. Legitimidade ativa .....	546
22.16.4. Legitimidade passiva .....	547
22.16.5. Competência.....	548
22.16.6. Procedimento.....	548
22.17. Recurso extraordinário .....	552
22.17.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade .....	552
22.17.2. Condições de admissibilidade.....	553
22.17.2.1. Repercussão geral das questões constitucionais.....	556
22.17.3. Legitimidade .....	558
22.17.4. Interposição e processamento .....	558
22.17.4.1. Efeito suspensivo.....	560
22.17.5. Súmula vinculante.....	562
22.17.5.1. Jurisprudência e súmula. Distinção.....	562

22.17.5.2. Súmula vinculante. Previsão legal.....	562
22.17.5.3. Competência para aprovar a súmula vinculante.....	563
22.17.5.4. Requisitos para aprovar, rever ou cancelar súmula vinculante .....	563
22.17.5.5. Publicação.....	563
22.17.5.6. Restrição dos efeitos da súmula vinculante .....	563
22.17.5.7. Legitimados para provocar a aprovação, revisão e cancelamento da súmula vinculante.....	563
22.17.5.8. Procedimento.....	564
22.17.5.9. Reclamação .....	564
22.17.5.10. Súmulas anteriores à EC n. 45/2004.....	564
22.17.5.11. Súmulas vinculantes editadas em matéria criminal ...	565
22.18. Recurso especial.....	565
22.18.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica .....	565
22.18.2. Condições de admissibilidade .....	566
22.19. Recurso ordinário constitucional.....	567
22.19.1. No Supremo Tribunal Federal .....	567
22.19.2. No Superior Tribunal de Justiça .....	568
22.19.3. Procedimento.....	568
Questões .....	568
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça .....	on-line
Súmulas do Supremo Tribunal Federal .....	on-line
Súmulas Vinculantes.....	on-line
Bibliografia .....	571